

EDUCAÇÃO E CIDADANIA NA FORMAÇÃO DO HABITUS. PRÁTICAS EDUCATIVAS COM JOVENS E ADULTOS EM BAIA DA TRAIÇÃO – PB

BERNARDO, Rosilda de Azevedo
Especialista em EJA
Professora da Rede Pública de Baía da Traição PB
Integrante do GEPEEE-S-CCAE – UFPB - CNPq
rosildaazevedo@hotmail.com

BERNARDO, João Helis
Professor da Rede Pública Pública de Baía da Traição PB
Integrante do GEPEEE-S-CCAE – UFPB – CNPq
joaohelis.bernardo@gmail.com

PALHANO SILVA, Paulo Roberto
Professor Dr. Orientador
Líder do GEPEEE-S-DED-CCAE – UFPB - CNPq
Integrante da INCUBES -UFPB
ppalhano1@gmail.com

RESUMO

A pesquisa intitulada 'EDUCAÇÃO E CIDADANIA NA FORMAÇÃO DO HABITUS. Práticas educativas com jovens e adultos em Baía da Traição – PB' constitui-se resultado dos estudos de pesquisa do Curso de Especialização em Pedagogia, sendo vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Etnia e Economia Solidária – GEPEEE-S – CNPq-UFPB, sendo um estudo sobre o fenômeno do interrompimento dos estudos no horário noturno dos jovens e adultos. Não podemos tratar como banalidade, atribuindo à falta de escolas ou debitando ao mundo do trabalho. O fenômeno foi pesquisado na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Matias Freire, situada em Baía da Traição/Paraíba, no período de 2004 a 2008. No processo de investigação foi utilizada a pesquisa-ação promovendo o envolvimento dos sujeitos nos diálogos, levantamentos e análise de dados. Para tal, ancorou-se nos fundamentos propostos por BRANDÃO (2000) e FRANCO (2005). A pesquisa identificou que o fenômeno da desistência escolar –tipificada como: evasão, desistência, reprovação – foi resolvido com a utilização do Projeto Pedagógico “Sexta Cultural” era vivenciado na escola, sendo prática educativa exitosa com o ensino de Jovens e Adultos. Na investigação do fenômeno verificou-se que a valorização do capital cultural e o capital social enquanto estruturas, estruturantes, estruturadas do *Habitus* (BOURDIEU, 1999),

articulado com a teoria dialógica (FREIRE, 2000), PALHANO SILVA (2004), contribuem para abordar o fenômeno escolar.

Palavras - Chave: prática educativa, capital social, capital cultural, habitus.

INTRODUÇÃO:

A escola como um direito ou a escola local de direito?

O direito à educação é parte de um conjunto de outros chamados direitos sociais, que têm como inspiração o valor da igualdade entre as pessoas, mas nem sempre no Brasil e noutras partes do mundo a educação foi um direito de todos. Há milhares de indivíduos excluídos da escola. Diante desse entendimento, como podemos ter uma escola e uma educação como um direito do povo trabalhador? Como o sistema de ensino poderá refletir a educação como um direito?

Na história da educação brasileira vamos encontrar conjunturas diversas com seus expoentes e propostas. Não é o caso de resgatarmos, mas se faz necessário ressaltar algumas lutas históricas no campo educacional, como: as ações dos anarquistas na década de 1920; a Semana de Arte Moderna em 1922; o Movimento dos Pioneiros em 1932; os Ciclos de Cultura 1950-60 no Nordeste; o vibrante movimento das ‘Diretas Já’; as lutas dos movimentos sociais (Movimentos dos Sem Terra, Indígena, Quilombolas, Professores...) que afirmam em suas plataformas as bandeiras da educação para todos.

O reconhecimento das lutas e das necessidades da sociedade está expresso na Constituição Federal do Brasil, 1988, quando o Estado assegura ser fundamental a educação com a natureza cidadã:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL: 1988, artigo 205.)

É preciso olhar para outras leis que regulamentam e complementam o direito à educação, como o ‘Estatuto da Criança e do Adolescente’ (ECA), de 1990; a ‘Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996’; além dos recentes ‘Parâmetros Curriculares Nacionais’, assegurando que a escola é para todas as crianças, os jovens e os adultos. As lutas sociais no campo educacional foram capazes de construir a estratégia que conduz a escola para materializar

o direito do trabalhador, aliás, tem conseguido que o Governo Federal instaure políticas educacionais para todas as unidades da federação brasileira.

APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO

Arroyo, importante intelectual brasileiro, em sua obra “O direito do trabalhador a educação” (2000), manifesta que a gestão dos governantes tem tido falhas com a educação, mas que se faz necessário que a educação seja restaurada por aqueles que estão na escola. A restauração possibilitará que seja garantido o direito á escolarização de jovens e adultos.

[...] assumida esta dimensão: direitos negados historicamente aos mesmos coletivos sociais, raciais, conseqüentemente teremos de assumir a EJA como uma política afirmativa, como um dever específico da sociedade do Estado, da Pedagogia e da a docência para essa dívida histórica de coletivos sociais concretos. (ARROYO, 2000, p.30)

É justamente a esse processo educativo que a burguesia e seu Estado reagem e tentam negá-lo, muitas vezes, desarticulá-lo e até mesmo confundi-lo. O Estado e a burguesia usam forma sofisticadas que promovem o ocultamento das situações de opressão, de injustiça, que prejudicam a classe trabalhadora.

Essas características, conforme Arroyo, são fundamentais serem pensadas, visto que há uma repetição ano após ano, sempre se formando um exército de jovens e adultos que ficam excluídos totalmente ou frequentam parcialmente a escola. Na Ditadura Militar, lançou-se o Mobral para contrapor-se à metodologia construída por Paulo Freire - a esse respeito ver Góes (1980), com ‘De pé no chão também se aprende a ler’; Germano (1982) ,Brandão (1986) lança suas reflexões sobre ‘A educação como cultura’, fazendo um registro das práticas de educação popular. Nessa mesma direção, Bezerra (1980) realça as características pedagógicas em ‘As atividades em educação popular’. Freire (1996) em ‘Pedagogia da autonomia’ lança reflexões sobre as práticas educativas.

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que fazeres se encontram um no corpo do outro (p.32). [...] pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com os educandos, sobretudo das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática educativa – mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos razão de ser alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. (FREIRE, 1996, p.32-33).

Miguel Arroyo diz que ter o domínio da leitura e da escrita, habilidade em produzir textos, é divisor social que discrimina e inferioriza os sujeitos que não os possuem. No Vale do Mamanguape - PB, a exigência do grau de escolaridade para o jovem ou adulto ser absorvido no mercado de trabalho possui íntima dependência com o grau de complexidade ou habilidade com a atividade laboral. Durante anos a fio, analfabetos foram aceitos para o processo do ‘corte de cana-de-açúcar’, mas, com a tecnificação do segmento, percebe-se a execução da exigência de ser alfabetizado para o corte da cana, ter concluído o Fundamental para trabalhar com tratores e assim por diante. Nos segmentos de serviços e comércio – lojas, oficinas, postos de gasolina e outros -, o frentista precisa saber manusear o computador, as máquinas de controle de pagamentos, etc. Na década passada, muitas atividades eram exercidas sem a exigência de utilização da tecnologia.

A ação rumo à escola que vivencia cidadania deve ser algo praticado por todos os que estão no ambiente escolar, porém essa vivência precisa acontecer em rede. A escola que propicia um ambiente educativo libertador, deve ser exercida de forma ampla, requerendo o compromisso do corpo docente. A evasão, a desistência, enfim, a descontinuidade dos estudos precisa ser compreendida e ‘atacada’ com políticas públicas e ações sociais envolvendo os docentes e estimulando o público a estar na escola.

A escola, integrante do campo educativo, no microcosmo interage no espaço social com os sujeitos educandos, educadores, gestores e os demais imersos na sociedade a qual encontra-se vinculada, bem como no macrocosmo com as definições do sistema educacional. Sua perspectiva natural é a formulação do capital social e capital cultural. Cabe aos sujeitos, no jogo, definir seu(s) rumo(s).

RESULTADOS

No ano de 2004, foram matriculados 100 alunos, dos quais 15% evadiram-se, 22% desistiram, 5% foram reprovados e 58% conseguiram concluir seus estudos no 6 e 7 ano noturno. Isso significa dizer que 58 dos 100 alunos matriculados tiveram êxito por concluir seus estudos, porém o que nos chamou a atenção foi a categoria de evadidos ou seja, o indivíduo nem se torna educando, pois não chegou a entrar na escola. Podemos dizer que fatores como o mundo do trabalho o atraiu e exigiu que não privilegiasse à escola.

- Em 2005, um total de 87 alunos foi matriculado, destes, três evadiram-se, 16 desistiram, quatro foram reprovados e 64 educandos concluíram os estudos. Verificou-se que o

número de alunos matriculados baixou em relação ao ano anterior, pois foram matriculados 87 alunos nos 6º e 7º anos do turno noturno, ou seja, 3,44% evadiram-se, 18,39% desistiram, 4,59% foram reprovados e 73,56% concluíram a série na qual foram matriculados, porém, tivemos uma ampliação dos concluintes e diminuição daqueles que evadiram do processo, assim, temos uma ampliação do fator conclusão.

- Em 2006, um total de 81 alunos matriculou-se, seis evadiram-se, quatro desistiram, um foi reprovado e 70 alunos concluíram. Dos 81 alunos matriculados, um percentual de 7,40% evadiu-se, 4,93% desistiram, e enfrentaram a reprovação nesse ano apenas 1,23%, e 86,41% concluíram as séries nas quais foram matriculados. Verificou-se um acréscimo no número de alunos que concluíram em 2006 em relação ao ano de 2005, ou seja, houve um aumento significativo no percentual de aprovados equivalente a 12,85% em relação ao ano de 2005. Esse ano, o sistema escolar ampliou sua força educativa, pois todos os fatores foram conjugados positivamente: diminuição de evadidos, desistentes, reprovados e ampliação daqueles que concluíram os estudos, mas o que nos espera no período seguinte?

- Em 2007, foram matriculados um total de 74 alunos, sendo que ao final foram 13 evadidos, 10 desistentes. Não houve educando reprovado e 53 educandos concluíram seus estudos. Dos alunos matriculados nesse ano, evadiram-se 14,86%, desistiram 13,51%, não houve reprovação e concluíram 71,62%. No computo geral, foi um ano muito significativo, pois a escola obteve índice zero de reprovação e todos os demais que chegaram até o final do semestre concluíram seus estudos. No entanto, se compararmos com o ano anterior teve uma diminuição de percentual do número de alunos aprovados na ordem de 14,79% frente ao ano anterior, ou melhor, não se pode contabilizar resultados positivos apenas observando o dado 'aprovação', mas fazendo um balanço dos demais itens. O que importa para o sistema escolar é que todos os índices sejam satisfatórios, mas não se pode negar que uma série sem reprovação é algo fundamental para animar o processo de participação.

- Em 2008, foram matriculados 79 alunos, um evadiu-se, cinco desistiram, três foram reprovados e 68 alunos conquistaram a conclusão. Nesse ano, evadiram-se 3,79%, desistiram 6,32%, foram reprovados 3,79% e concluíram 86,07% dos alunos que foram matriculados nessas séries.

Analisando o desempenho dos educandos nesse ano, temos algo importante em relação ao ano anterior: em 2008 houve um acréscimo de 14,45% no número de alunos aprovados.

Poderíamos está questionando o fato de não ser um volume grande os educandos que estamos analisando. O importante aqui é poder demonstrar que há uma oscilação no campo da Educação de Jovens e Adultos que ora é proveniente da pressão exercida pelo mercado em contratar

serviços da mão-de-obra sem a exigência de qualificação. Trata-se de um segmento de mercado que pressiona para que haja mão-de-obra já qualificada no campo educacional. Aqui, analisamos um público de escola pública situado em contexto geográfico com extensas plantações de cana-de-açúcar, de fruticultura, pesca de lagosta, de cultivo de camarão, e outros, que não requer, em determinado período de sua produção, mão-de-obra com qualificação. Nesse caso, o mercado requer o exercício da força física da mão-de-obra sem comprovação de qualificação educacional. Porém, lembramos que esses segmentos no vale do Mamanguape ingressaram no mundo das novas tecnologias. O que acontece é que nesses segmentos há períodos no processo produtivo que necessita da força física da mão-de-obra, mas a tendência é a convivência progressiva, se houve investimentos do uso das novas tecnologias visando ampliar a produtividade, competitividade, além de apresentar ao mundo produto cuja elaboração teve a participação de investimento em capital cultural.

Fazendo uma primeira síntese

Na EEEFM Matias Freire, no período de 2004 a 2008 nos 6º e 7º anos do turno noturno, pudemos verificar que foram matriculados 421 alunos. Desse total, observamos que se evadiram 38, desistiram 57, reprovaram-se 13 e concluíram 313 alunos. Conforme resultados positivos, mas como educadora, interessa-me que todos tenham a conclusão dos estudos.

Foi significativo o número de alunos que concluíram as séries nas quais foram matriculados, mas também é visível o decréscimo de alunos que buscaram matrículas a cada ano.

Quanto aos educandos matriculados

No período tivemos um decréscimo, visto que inicialmente foi, em 2004, um volume de 100 educandos e em 2008 tivemos uma queda para 79 matriculados.

Quanto aos educandos evadidos

No período analisado, tivemos um decréscimo, visto que inicialmente, em 2004, os evadidos totalizavam 15 % do volume total e em 2008, tivemos um decréscimo para 3,72% do volume geral. Aqui, lembramos que evadidos são aqueles que realizam sua inscrição, mas não chegaram a iniciar-se como educandos, pois não comparecem sequer à primeira aula. Se quisermos fazer uma inferência quanto ao mercado de trabalho, podemos dizer que esse número baixo indica que os inscritos foram estimulados a frequentarem o ambiente escolar, podendo fazer parte da

pressão exercida pelo mundo do trabalho, que passou a requerer maior escolaridade para o primeiro emprego na região.

Quanto aos educandos desistentes

Ao analisarmos os desistentes, no período de 2004 a 2008, verificamos que houve uma gigantesca diminuição dessa categoria, ou seja, os desistentes, ao longo dessa série histórica, foram diminuindo ano após ano. A que se deve esse fator? A diminuição tem a ver com o estímulo que o educando recebe para permanecer na sala de aula, que vai desde a pressão que o mercado realiza junto à massa de trabalhadores para que exerçam sua qualificação, seja pelas políticas públicas voltadas para esse segmento, seja pelos métodos aplicados em sala de aula, no sentido de cativar o educando e fazê-lo com que permaneça na estrutura de ensino. Toda essa busca demonstra que o trabalhador aprende a lição que o mundo está a exigir: “emprego, só com qualificação”.

Quanto aos educandos reprovados

Os dados nos indicam que os educandos reprovados no período de 2004 a 2008, na escola que estamos analisando, diminuiu. Porém, compreende-se que tais números poderiam ser melhores, ou seja, poderíamos ter um volume menor de educandos reprovados. Aqui, também recorremos à lógica do trabalho que circula na região: muitos trabalhadores não sabem onde irão trabalhar “no mês, na semana ou mesmo no dia seguinte”. As escalas, em vários segmentos produtivos, não são apresentadas com antecedência; o trabalhador até permanece na escola, porém o grau de assimilação é baixo em relação aos que tem frequência regular na escola. Por outro lado, estamos tratando de uma escola situada ‘à beira mar’, onde muitos trabalhadores vivem da pesca no mar ou de trabalhos sazonais e o calendário escolar não coincide com os picos de produção nos segmentos situados na região, mas também podemos descartar que existe um fragmento dentro desse percentual, que tem haver com o processo cognitivo.

Quanto aos educandos concluintes

Nos mostra como a escola é analisada, por muitos educadores, à luz das teorias do fracasso e do sucesso escolar, o que não é nosso caso, como já deixamos claro, anteriormente, e o que podemos dizer? Os concluintes, e os aprovados, revela que na série histórica manteve-se

equilibrado, porém com dois picos positivos considerados, sendo um em 2006 e outro em 2008. O volume de concluintes manteve-se positivamente e apenas em 2007, ficando inferior aos demais anos.

Sem querer ser repetitivo, sentimos a necessidade de apresentar uma apreciação sobre as informações expressas:

- a) *Quanto aos alunos matriculados*: houve um decréscimo no número de alunos matriculados na ordem de 21%;
- b) *Alunos evadidos*: o fenômeno da evasão escolar foi presente, mas verificou-se que houve um decréscimo ano após ano, a saber, de 90% no período em foco. Em 2008 o percentual de evadidos em relação ao período inicial estudado de apenas 1% de evadidos;
- c) *Alunos desistentes*: o fenômeno da desistência pode ser observado uma diminuição gradativa, tendo atingido em 2004 um total de 22% e em 2008 um total de 5%;
- d) *Alunos reprovados*: o fenômeno da reprovação pode ser observado no período estudado, tendo um comportamento decrescente entre 2004 e 2006 de 90%, porém em 2008 o fenômeno foi bastante elevado chegando a 30 % em relação ao ano de 2004;
- e) *Alunos que concluíram*: a conclusão dos estudos no período de 2004 a 2008 teve um comportamento diferente em dois períodos: no primeiro, de 2004 a 2006, houve uma elevação de 15%, porém de 2006 para 2007 houve uma queda de 37% e em relação ao último ano; mas de 2007 em relação a 2008 tivemos um crescimento percentual de concluintes. No período total analisado, de 2004 e 2008, houve uma elevação no percentual de concluintes.

Frente a esses dados, podemos apresentar a seguinte análise com base nas categorias de Bourdieu:

- a) Há um capital incorporado: a Escola, como espaço de ensino aprendido, considerou haver um considerável percentual de educandos, a sua formação que se materializa, especialmente, nos alunos concluintes, aprovados. O fator de aprovação é a revelação da incorporação do capital educativo nos educandos, tendo destaque as ações desenvolvidas pelo Projeto Pedagógico Sexta Cultural;
- b) Há um capital objetivado: a Escola, ao propiciar aos educandos uma formação que lhes possibilite estar no mercado de trabalho, ou mesmo em condições de disputar o mercado de trabalho, pertinente a sua ocupação e nível de escolaridade, está possibilitando que, com sua

manutenção, no mercado trabalhista, consiga garantir sua reprodução como força de trabalho com integrante ativo do mercado de trabalho. Assim, ao ter a posse de uma remuneração pelo seu trabalho, o educando trabalhador realiza a aquisição de bens materiais, de bens culturais ou de outra natureza; como diz Bourdieu (2005) só vai adquirir um livro ou uma obra de arte aquele que possui capital cultural objetivado. De posse desse capital educativo é capaz de submeter-se a emprego compatível, mas aqueles que se evadem ou deixam de frequentar a escola ou são reprovados no processo de disputa no mercado de trabalho ficam em grande desvantagem frente a outros que possuem capital educativo;

c) Há um capital institucionalizado: a Escola oportuniza aos concluintes um certificado, este é um capital institucionalizado. A sociedade e as instituições conferem à escola o poder de certificar os educandos que fizeram jus ao que a escola lhes propôs. Por tanto, o educando ao concluir e receber o crédito da escola materializado em um certificado, em um diploma, ou seja, em um título, pode fazer uso deste na sociedade. Se a sociedade der poderes à escola, então ela respeita o processo de institucionalização sintetizado no certificado/diploma do educando.

d) Há um capital social: Na medida em que a escola vai promovendo a educação formal aos membros da Sociedade de Baía da Traição - PB, ela vai potencializando a sociedade, gerando a ampliação do capital social. Dizendo de outra maneira: a ação educativa da Escola gera para a sociedade, que lhe institui, credencia-lhe, portanto, que lhe respeita enquanto um organismo vivo, possuidor de cultura, a possibilidade de retribuição com a ampliação no capital social.

Esses capitais cultural e social ampliam o campo educacional e, conseqüentemente, fornecem à sociedade uma força de trabalho com maior nível de instrução, portanto, o mercado ao exigir qualificação da mão-de-obra está a dizer que necessita da escola, do sistema de ensino, mas também podemos dizer de outra maneira: esses capitais são essenciais para termos a ampliação da escola para todos, democracia dos novos valores sociais e políticos.

Para tal, apresentamos uma configuração do tipo de educação vivenciada no país e buscamos o aporte teórico em Arroyo (2000); Palhano Silva (2004), Barcellos (2005), Paiva (2006), Freire (2002). Estes, quando articulados, nos indicam acerca da necessidade de planos de aulas dentro de uma estratégia que articule princípios da cidadania, da ética, da ecologia, da sustentabilidade socioambiental com o fazer pedagógico. Além de tudo isso, nos trazem os princípios da dialogicidade, da sociabilidade, do aporte dos PCN, que propõem um novo contorno ao sistema de ensino brasileiro, enfim, a educação como um direito formador do cidadão do mundo.

Na medida em que capitais social e cultural se materializam como algo apropriado no cotidiano, temos a vivência das estruturas, estruturantes estruturadas construtoras do habitus. Nesse estágio, a escola e demais ambientes são espaços partícipes das práticas educativas, promotoras de mudança no interior de cada indivíduo, mas também na sociedade, pois propõem um novo *'modus operandi'*.

As tecnologias precisam estar voltadas para atender o homem em seu tempo, espaço e mundo, propiciando elementos da beleza, do encantamento, da vontade de descobrir a partir das práticas educativas geradoras da aprendizagem cidadã. No caso estudado, podemos dizer que se temos a cidadania na escola, no microcosmo, e, no sistema de ensino nacional, no macrocômico, então estamos diante de uma escola e um sistema de ensino que possui raízes na participação, na democracia, na liberdade.

A cultura cidadã vai assim instalando-se nas práticas, nos corpos, nos pensamentos e fazendo história, pois possui a força dos signos, capaz de se enraizar e se revelar nos sistemas de símbolos significantes. Podemos ainda dizer que a educação é fruto da ação coletiva, das forças sociais existentes no interior de cada sociedade, portanto, com identidade. A educação vai marcando seu povo, seu lugar na história, processando o vivido como identidade, assim os sujeitos participantes da Sexta Cultural não apenas resgatam e mapeiam os contornos de suas práticas, mas o fazem desenhando e perpetuam para si e para os demais a sua identidade.

Manifestamos que a Baía da Traição - PB, na 'Era da Informação', na 'Era da reconquista das terras dos Povos Potiguara', na 'Era da preservação do peixe -boi', na 'Era da socialização do saber', forças vivas, manifesta-se com traços, com códigos dispostos subliminarmente – que requer paciência, investigação para podermos ver, sistematizar, entender e crer. Noutros, seus traços nas manifestações apresentam-se com códigos de fácil identificação. Em ambos, encontramos uma unidade: as práticas educativas.

Nessa Era, a escola cidadã e planetária configura-se como grande oportunidade para que crianças, jovens e adultos naveguem na educação, dancem no ritmo do Toré e exponham seus pensamentos como na Sexta Cultural. Nesta escola se reproduzem o sentido, a lógica e a estrutura da sociedade a qual pertence, e nela os sujeitos se realizam, porque manifestam e absorvem a sua natureza. O sistema educacional, por sua vez, é responsável por promover sua legitimidade e articulação da escola na e com a sociedade, especialmente, garantindo sua semelhança com outros organismos dessa sociedade.

Assim, escola e sistema de ensino estão no campo educacional juntamente com seus sujeitos, são articuladores de identidade, de *habitus*, de cultura, vividos pelos sujeitos, pois se pautam por regras e crenças, que a constituem e no mesmo jogo eterniza e referencia suas

práticas e pensamentos. É como o mar: suas ondas são inseparáveis de suas espumas, de seus sabores, de suas cores, de seus segredos. A cada instante, o mar se transforma banhando a todos e a tudo, seja de forma veloz ou com sua calmaria, mas sempre sendo mar, com suas histórias incorporadas, interiorizadas e internalizadas pelas rezas e histórias dos pescadores, pelas canções dos ecologistas, pelas danças dos indígenas, pelas sutilezas dos educandos e educadores configurando cada um e a todos em sua Era e com sua identidade.

A “Sexta Cultural” propõe a vivência de práticas da conservação do meio ambiente sustentável, da revitalização da cultura indígena, do diálogo e da síntese cultural educativa. Como projeto pedagógico, verifica-se a interdisciplinaridade, síntese cultural revelada nas melodias, poesias, jogos, músicas, danças, enfim, em muitas formas, contornos e cores que revela a magia, onde o ser humano se renova, por acolher princípios, construir relações sociais, produzir sociabilidade, reconfigurar suas identidades, gerar representações, ter o *habitus* educativo. Estamos diante de uma prática educativa geradora do *habitus educativo* que deve e pode ser anunciada a outros recantos do mundo, visto que é uma semente fértil capaz de germinar encantando, encontrando e encaminhando homens e mulheres em permanente processo de educação de sintonia planetária.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Imagens Quebradas: Trajetórias e tempo de alunos e mestres**, Petrópolis: Vozes, 2000

BARCELOS, Lusival. **Práticas educativo-religiosas dos índios Potiguara da Paraíba**. Natal, UFRN, Tese de Doutorado, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Campinas: Papyrus editora, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** – Tradução: Roneide Venâncio Majer. A era da informação: economia sociedade e Cultura; V. a. São Paulo. Paz e Terra

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Constituição de 1988**. Brasília/DF: Governo Federal, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. () Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GERMANO, Wellington. **Lendo e aprendendo. A campanha de pé no chão.** São Paulo, Cortez, 1982.

GÓES, Moacir de. **De pé no chão também se aprende a ler.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação Escolar.** São Paulo: Cortez, 2005. 207-223

PALHANO SILVA, Paulo Roberto Palhano. **MST, habitus e campo educacional: Plantando as sementes de uma educação libertadora.** Natal, UFRN, tese de doutorado, 2004.

GRUPO DE ESTUDOS E PRÁTICAS EDUCATIVAS EM MOVIMENTO – GEPEM. **Metodologia de estudo e caracterização das realidades locais.** Natal, UFRN, Departamento de Educação, 2004.

_____. **A dimensão educativa do fazer militante no MST.**
<http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt03/t037.pdf>,

PALHANO SILVA, Paulo Roberto. **MST, habitus e campo educacional.** Tese de Doutorado, UFRN, 2004.

_____. **Novo momento na luta pela terra. Quando o patrão sai de cena.** Natal:UFRN, 1995. (Dissertação de Mestrado)

_____. **"Survival of rural Squatter Settlements: Sem Terra (Without Land) Movement in Nordest Brazil"**. K. D. Muller In: The 21 st annual Applied Geography Conferenes. Editor: F. Andrew Schoolmaster; Associate Editores: Nancy Torrieri, Joe L sober e Ken G. Jones. University of Louisville, Estados Unidos, october 21-24, 1998, pag. 2

_____. **"Sem Terra (Without Land) Movement, Northeast Brazil"**. K. D. Muller, In: **Applied Geography Conferenes.** Editor: F. Andrew Schoolmaster; Associate Editores: Nancy Torrieri, Joe L sober e Ken G. Jones, University of Louisville, Estados Unidos, V. 18, Fascículo 01, 1995, pag. 155 a 185.

_____. **"Ações coletivas dos excluídos no semi-árido do Nordeste do Brasil"**. In anais do IV Congresso da Red de Filosofia y Teoria Social na Universidade Nacional da Catamarca. San Fernando del Valle de Cata

ECA, BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. ECA _ Estatuto da Criança e do Adolescente.

LDB,BRASIL, LDB. Lei 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em<
www.mec.gov.br>. Acesso em: 02 Mar 2009.